

**FICHA DO CONTRADITÓRIO**  
**AValiação Conjunta do PIC de Angola (2007-2010)**

Junho 2011

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
<b>PLANEAMENTO / PROGRAMAÇÃO</b>			
<p>1. O IPAD deve definir claramente as opções estratégicas relativamente à cooperação com Angola e dar essas instruções aos sectores e à sociedade civil, nomeadamente às ONG. O reduzido volume da Cooperação Portuguesa face à dimensão deste país parceiro obriga a que se definam claramente as áreas de intervenção, as opções geográficas e os grupos-alvo, em colaboração com as autoridades angolanas.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	O IPAD deve manter um posicionamento estratégico da cooperação portuguesa com Angola, i.e. selecção das áreas onde sejam evidentes as suas mais-valias em consonância com as necessidades definidas nos documentos estratégicos de desenvolvimento pelo parceiro.
	MAI (DGAI)		No que respeita à cooperação técnico-policial as áreas de intervenção os grupos-alvo, as opções geográficas, bem como os conteúdos são directa e anualmente definidos com os parceiros. Tendo em conta a partilha de custos entre os parceiros e a deslocação dos formandos até Luanda, os projectos atingem uma dimensão considerável no que respeita o orçamento e abrange todo o território nacional.
	Autoridades Angolanas	Aceite	A cooperação portuguesa deve incentivar a cooperação/colaboração de acções de pesquisa científicas, nomeadamente entre as universidades dos dois países, local de eleição para essas actividades.

<sup>1</sup> Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação.

<sup>2</sup> Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

<sup>3</sup> No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
2. Dentro do IPAD deve ser promovido um maior entrosamento entre os serviços na elaboração do PIC, de forma a um aprofundamento sectorial.	IPAD (DSP)	Aceite	O IPAD deve privilegiar reuniões periódicas devendo constituir espaços de planeamento, conjugação e operacionalização de estratégias.
3. A identificação do programa de cooperação deve ser feita em conjunto com as autoridades angolanas, o que significa partilhar também a informação sobre a definição de prioridades, a fixação de objectivos e de programas bem como do pacote financeiro e sua estrutura.	IPAD (DSP)	Aceite	Neste entendimento a formalização do Programa de Cooperação é feita a partir de uma combinação das prioridades estabelecidas para o desenvolvimento pelos Governos dos dois países, com os objectivos e as capacidades de resposta, financeiras e humanas, por parte da Cooperação Portuguesa.
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	A negociação do PIC já consubstancia esta metodologia, que poderá ser aprofundada.
	DGAI/MAI		No que respeita à cooperação técnico-policial a identificação do programa de cooperação é sempre definida conjuntamente com as autoridades angolanas, nomeadamente o que respeita as prioridades, os objectivos e o orçamento.
4. No novo PIC deve ser feito um esforço no sentido de, dentro do possível, apostar em abordagens sectoriais integradas.	IPAD (DSP)	Aceite	O novo PIC deverá contemplar programas integrados nos sectores onde a aposta de cooperação mais se faz sentir em detrimento de um conjunto de acções isoladas.
5. Num contexto de recursos escassos, o IPAD deve apostar em co-financiamentos e parcerias público-privadas que potenciem a apresentação de propostas a fundos internacionais (facilidade da água, energia, segurança alimentar) a subvenções, em áreas complementares e estratégicas para reforço da Cooperação Portuguesa. Promover a	IPAD (DSP/DSCGI)	Aceite	Potenciar processos de parceria/pública-privada, a par do reforço da programação financeira plurianual. Deve ser salvaguardado o risco de ajuda ligada nas PPP, mas tendo em conta as restrições orçamentais o recurso a outras fontes de financiamento é com certeza uma alternativa.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
articulação da SOFID com Angola.			<p>Realça-se que é uma aposta em curso já actualmente sendo disso exemplo o Projecto CISA.</p> <p>Em 2006 o IPAD também participou num processo de constituição de parceria para o financiamento do projecto de Abastecimento de Água às Povoações na Região do Kwanza Sul, com a DEL/UE, que não se concretizou por constrangimentos da parte angolana.</p>
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	Estes objectivos parecem poder vir a ser aprofundados no quadro de algumas reestruturações orgânicas em curso.
	DGAI/MAI	-	No que respeita a cooperação técnico-policial a aposta de financiamento de projectos deve ser a continuidade do financiamento dos projectos pelo IPAD, bem como a DGAI procurar outras fontes de financiamento externas.
	Autoridades Angolanas	-	AS PPP não têm sido uma boa experiência nos países que as promovem. Talvez deva ser revista a estratégia e formas de trabalho.
6. O cluster não foi implementado. No quadro da preparação do próximo PIC deve ser discutido com as autoridades angolanas a relevância de inclusão de um instrumento de cooperação deste tipo.	IPAD (DSP)	Não aceite	Atendendo a que no anterior PIC não avançou a ideia de projecto cluster temático-geográfico, não irá ser proposto este instrumento no quadro do novo PIC.
	Embaixada de Portugal em Luanda	Reservas na aceitação	O contexto actual não parece muito favorável a este tipo de objectivos.
	MIREX	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
<b>IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO</b>			
<p>7. Deve ser criado um sistema de informação sobre a execução e resultados das intervenções implementadas no quadro da cooperação com Angola, como parte integrante dos interesses estratégicos permanentes de ambos os países.</p>	IPAD (DSP/DSCGI)	Aceite	<p>O IPAD tem em vigor fichas de acompanhamento e encerramento dos projectos onde são avaliados os indicadores das intervenções.</p> <p>Já foi criado pela DSP um sistema de informação, partilhado entre os serviços do IPAD que actualiza ao momento a execução, uma vez que está linkado ao plano tesouraria. Este processo pode ser aprofundado e melhorado.</p>
	DGAI/MAI	-	<p>No que respeita a cooperação técnico-policial já existem sistemas de acompanhamento contínuo: 1. Elaboração de relatório pelos formadores de cada acção; 2. Relatórios semestral e anual dos projectos de cada país dos PALOP; 3. Relatórios periódicos elaborados pelos Oficiais de Ligação do MAI. Todos os relatórios são remetidos ao IPAD, assegurando-se, assim, a identificação dos resultados das intervenções no quadro da cooperação técnico-policial.</p>
<p>8. Deve ser reforçado o diálogo e a articulação entre as duas unidades orgânicas responsáveis pelo acompanhamento do PIC.</p>	IPAD (DSP/DSCGI)	Aceite	<p>Está implementado um sistema de partilha de informação mas o trabalho conjunto e complementar pode ser melhorado.</p> <p>O IPAD deve promover reuniões de carácter periódico entre as unidades orgânicas, responsáveis pelo acompanhamento e execução do PIC.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
<p><b>9.</b> No quadro do novo PIC, todos os projectos devem ter indicadores de resultados, definidos antes da sua aprovação pelo IPAD, que permitam uma gestão centrada nos resultados.</p>	Ministérios Sectoriais	MFAP: Aceite	-
	IPAD (DSCGI)	Aceite	<p>Nas intervenções co-financiadas pelo IPAD já existe a definição de Indicadores para as intervenções que são de reporte obrigatório, em sede de Protocolos, para cada intervenção.</p> <p>É um sistema que pode ser melhorado/aprofundado.</p>
<p><b>10.</b> A área da cooperação junto da Embaixada portuguesa deve ser reforçada em termos de recursos humanos, de forma a garantir um eficaz e sistemático acompanhamento das intervenções da cooperação.</p>	IPAD	-	-
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	As dificuldades conjunturais obrigarão, certamente, ao adiamento deste objectivo.
	DGAI/MAI	-	No que respeita a cooperação técnico-policia, o acompanhamento sistemático e eficaz das intervenções da cooperação está assegurada pela presença de Oficiais de Ligação do MAI junto das várias embaixadas.
<p><b>11.</b> O site do IPAD deve ter informação disponível sobre o nível de implementação do PIC e resultados alcançados, numa óptica de visibilidade e transparência. Deve igualmente incluir informação disponível sobre as áreas que já foram co-financiadas, por país, no que diz respeito às ONGD.</p>	IPAD	Aceite	A informação já está disponível e é regularmente actualizada.
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	Revestiria grande interesse para a Embaixada dispor de informação actualizada, para conhecimento próprio e satisfação de pedidos de informação da parte angolana.
	IPAD (DASC)	Aceite	Assegurado que os conteúdos referentes a esta matéria constam do site.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
<b>COORDENAÇÃO E COMPLEMENTARIDADE</b>			
<p><b>12.</b> Na elaboração do novo PIC devem ser fortalecidos os mecanismos de consulta e articulação entre todos os actores da Cooperação Portuguesa, incluindo as ONG e outros actores não estatais. O IPAD deve promover reuniões de coordenação/articulação com os diversos executores das intervenções, nomeadamente, na fase de preparação do PIC, no seu arranque e depois promover reuniões sectoriais com uma periodicidade semestral ou anual, em função da realidade no terreno e das necessidades mais específicas de cada sector.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	Na fase de elaboração do PIC o IPAD poderá intensificar o seu papel de entidade coordenadora junto dos executores sectoriais nacionais, quer estatais quer da sociedade civil.
<p><b>13.</b> O IPAD enquanto entidade coordenadora deve promover de forma mais regular reuniões de articulação (globais e/ou sectoriais), traduzidas não só na partilha de informação mas, também, de reflexão estratégica e articulação, procurando potenciar sinergias entre todos os actores. As áreas da saúde e da educação sobressaem como aquelas onde devem ser fortalecidos os mecanismos de articulação e complementaridade entre todas as intervenções.</p>	IPAD (Direcção/DSP)	Aceite	O IPAD, enquanto entidade coordenadora, irá promover reuniões regulares (semestrais) com os vários intervenientes do PIC.
<p><b>14.</b> A Embaixada de Portugal em Luanda deve promover reuniões de coordenação, com uma periodicidade regular, sobretudo em termos sectoriais e em áreas afins. Estas reuniões devem contar com a presença de todos os actores, incluindo os da sociedade civil, única forma de</p>	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	Aceite, na estrita medida dos escassos recursos disponíveis.
	Autoridades Angolanas	Aceite	Idem para a Embaixada de Angola em Lisboa.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
potenciar a complementaridade.	MAI (DGAI)	Aceite	No que respeita a cooperação técnico-policial esta DGAI dá a sua absoluta concordância na pertinência de realizarem-se reuniões sectoriais e de áreas afins, desde que esteja garantida a presença do Oficial de Ligação do MAI junto da Embaixada de Portugal em Luanda, por via das suas funções específicas neste âmbito e consignadas na respectiva carta de missão.
15. A articulação com o MIREX deve ser reforçada não só através da Embaixada de Portugal em Luanda, mas, também, através do IPAD, partilhando sistematicamente toda a informação disponível ao nível da implementação das intervenções sectoriais, como forma de minimizar os sintomas de descoordenação que ainda subsistem.	Embaixada de Portugal em Luanda	Parcialmente aceite.	A Embaixada deverá continuar a desempenhar o papel de interlocutor institucional do IPAD junto do MIREX e de outras instituições angolanas.
	Autoridades Angolanas	Aceite	Idem para a Embaixada de Angola em Lisboa
	IPAD (DSP)	Aceite	O processo de elaboração do PIC deve ser um processo conjunto, partilhado com as estruturas no terreno, tendo em vista uma efectiva coordenação da ajuda e consequentemente um acompanhamento da execução dos projectos de cooperação pelos dois Estados.
16. As fichas de projecto, devidamente actualizadas, devem continuar a ser partilhadas com a Embaixada de Portugal em Luanda e com o MIREX.	IPAD (DSCGI)	Aceite	-
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	As fichas deverão ser partilhadas com a Embaixada, não apenas como caixa do correio, mas como actor activo.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
<b>ÁREAS DE INTERVENÇÃO</b>			
<p><b>17.</b> O reforço das capacidades institucionais deve constituir o principal foco do novo PIC, nomeadamente na área da Administração pública, onde Portugal tem claras mais-valias.</p>	Ministérios sectoriais	MFAP: Aceite	-
	Autoridades Angolanas	Aceite	Há vantagens para a melhoria das competências e desempenho dos sectores ministeriais.
	Embaixada de Portugal em Luanda	Aceite	É inequívoco, consensual e pacífico o aprofundamento dessa incidência.
	IPAD(DSP)	Aceite	Deverão ser definidas em conjunto com os Ministérios sectoriais e negociadas com as autoridades angolanas.
<p><b>18.</b> Para aumentar a sustentabilidade na área das Finanças Públicas, é necessário que se dê assistência técnica no seguimento das acções de formação. Isto significa que se deve apostar futuramente na formação “<i>on Job</i>”, fomentando assim a consolidação dos conhecimentos adquiridos.</p>	MFAP (GPEARl)	Aceite	
<p><b>19.</b> Ainda no PICATFin, devem ser implementados inquéritos regulares em cada área de formação para facilitar a análise dos efeitos.</p>	MFAP (GPEARl)	Rejeitada	São efectuados inquéritos regulares em cada área de formação com vista à análise dos efeitos.
<p><b>20.</b> No Saber Mais, um aspecto a não descurar é o da certificação da formação, o que irá provocar maior adesão dos professores em exercício.</p>	IPAD (CGI)	Aceite	É a assunto a ser trabalhado a nível político com as autoridades angolanas, pois é da exclusiva competência do MED.



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
	Saber Mais	Parcialmente aceite/rejeitada	<p>Esse aspecto compete exclusivamente às autoridades angolanas, uma vez que se trata da certificação dada pelo Ministério da Educação de Angola (qualquer outra - pelo Saber Mais, por exemplo - poderá ter dificuldades em obter reconhecimento oficial.</p> <p>Neste âmbito, o Governo angolano aprovou em Diário da República, de 26 de Maio de 2011, o Decreto Presidencial n.º 109/11, que aprova o estatuto do Subsistema de Formação de Professores, que contempla as modalidades de formação inicial e continua de professores do Ensino Primário e do Ensino Secundário. Falta contudo proceder à operacionalização desse diploma</p>
	Autoridades angolanas	Aceite	O Ministério da Educação trabalhará em conjunto com a coordenação do programa certificação da formação.
21. A articulação com os governos provinciais e o seu envolvimento no projecto Saber Mais devem ser fortalecidos no futuro.	IPAD (CGI)	Parcialmente aceite	Esta articulação e envolvimento já existe, nomeadamente nas províncias onde o projecto tem neste momento presença (Namibe e Benguela) sendo que realçar que são os Gov. que identificam/aceitam a presença do projecto, definem escolas e assumem encargos de alojamento dos professores.
	Saber Mais	Rejeitada	Os governos provinciais têm prestado ao Saber mais desde o seu início um apoio significativo no que respeita às respectivas obrigações de carácter logístico, nomeadamente em matéria disponibilização

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
			<p>de alojamento adequado. Naturalmente que existem aspectos a melhorar, sobretudo na província do Namibe mas a percepção desta Coordenação Geral é de que se trata de falta crónica de verbas e não de vontade de envolvimento.</p> <p>Para além do apoio logístico, que constitui uma obrigação dos Governos provinciais, as Direcções Provinciais de Educação, que deles dependem directamente, têm revelado um interesse igualmente significativo pelas actividades do Saber Mais, vontade e capacidade de diálogo com a CG e com as Coordenações Pedagógicas (ATP/CCP) e, sobretudo, um entendimento profundo das fragilidades do respectivo sistema de formação de professores e das potenciais mais-valias deste projecto.</p>
<p><b>22.</b> No Saber Mais devem ser elaborados Planos de Acção para cada Pólo provincial, com objectivos, metas e indicadores para cada um deles, para que se possa fazer um acompanhamento e avaliação numa óptica de resultados.</p>	<p>IPAD (CGI)</p>	<p>Parcialmente aceite</p>	<p>O Ministério da Educação continuará em estreita colaboração com os Governos Provinciais na criação de condições locais para os procedimentos do programa.</p> <p>O projecto contempla uma lógica de actuação que é implementada em cada província sendo adaptada às necessidades de formação e realidade das escolas. Assim estes recomendados Planos de Acção têm de estar integrados no Plano de Acção Anual e contribuir para o mesmo e não serem completamente autónomos.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
	Saber Mais	Aceite	Esse é um objectivo já delineado para o próximo ano lectivo, a elaborar em conjunto com a ATP (ESE de Viana do Castelo)
	Autoridades Angolanas	Aceite	Esta acção permitirá maior controlo e acompanhamento do programa.
<p><b>23.</b> Na área do ensino superior deve ser promovida a articulação entre o Instituto Camões e os outros actores e projectos na área da língua portuguesa, para potenciar a coordenação e a promoção de sinergias.</p>	IPAD (DSCGI)	Aceite	<p>A desenvolver no futuro.</p> <p>A intervenção ao nível do ensino superior em Angola tem como objectivo reforçar as escolas e a leccionação em português e não do português. São na sua grande maioria intervenções ao nível dos cursos técnicos (engenharias, medicina, economia, direito) e ao nível da formação pós-graduada.</p>
	Embaixada de Portugal	Aceite	É consensual a necessidade de aproveitamento de sinergias. O contexto actual de dificuldades financeiras reforça essa necessidade.
	Instituto Camões	Aceite	-
	Autoridades Angolanas	Aceite	Incluindo Universidades angolanas.
<p><b>24.</b> Nas bolsas internas, deve ser agilizado um mecanismo de articulação entre o INABE e a Embaixada de Portugal em Luanda, que permita ultrapassar os constrangimentos detectados e Angola aproveitar o contingente de vagas. Por outro lado, deve-se equacionar apoio técnico ao INABE, no sentido de serem ultrapassados os constrangimentos.</p>	Embaixada de Portugal em Luanda	Parcialmente aceite	<p>A experiência dos últimos anos têm sido muito negativa no que diz respeito ao envolvimento do INABE no processo de renovação de bolsas internas sobrecarregando a Embaixada com o trabalho da sua competência. Apesar da boa vontade do INABE, não há expectativas em relação à alteração desta realidade. As</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
	INABE	-	maiores dificuldades do INABE prendem-se com a insuficiência de recursos humanos para dar resposta adequada a 3.000 bolsas internas, atribuídas pelo Governo angolano.
<p>25. No CISA deve ser equacionada uma estratégia de atracção de quadros angolanos, condição fundamental para garantir a sua sustentabilidade.</p>	Fundação Calouste Gulbenkian	Não Aceite	<p>Solicitamos a reformulação da recomendação "No CISA deve ser reforçada uma estratégia de atracção de quadros angolanos, condição fundamental para garantir a sua sustentabilidade." A necessidade de atrair quadros Angolanos tem sido, desde o início, uma preocupação constante da entidade gestora do projecto CISA que enfrenta, para já, como maior constrangimento a inexistência de alojamento no Caxito, tendo dado disso conta, por inúmeras vezes, às autoridades angolanas parceiras do projecto. As ofertas de posições são divulgadas em Angola, são oferecidos estágios a finalistas ou recém-licenciados angolanos (no CISA, e também em instituições de investigação no exterior), divulga-se o CISA em acções de formação e em Conferências e colóquios sobre Saúde em Angola e incentiva-se a participação de técnicos angolanos nos projectos de investigação. O CISA conta já com a colaboração de vários quadros superiores angolanos qualificados e uma equipa local de nível intermédio (inquiridores, supervisores, digitadores,...).</p> <p>Reconhece-se, todavia, que a capacidade do CISA atrair quadros angolanos depende, para além das condições remuneratórias e da</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
			existência de alojamento no Caxito, (i) do estatuto jurídico e modelo de funcionamento do CISA; (ii) da definição de um estatuto da carreira científica.
	IPAD (DSCGI)	Aceite	A atracção de quadros angolanos, que tem sido procurada, passa também por condições remuneratórias e de alojamento que Angola ainda não conseguiu assegurar.  A sustentabilidade do projecto tem sido procurada e uma das formas é a de assegurar uma participação activa das autoridades, aos vários níveis, no projecto, nomeadamente na sua CAE.
	Autoridades angolanas	-	-
<p><b>26.</b> Na linha de co-financiamento das ONGD, o IPAD deve equacionar a possibilidade de concursos com carácter plurianual, adoptando o modelo da CE ou, no caso de impossibilidade de financiamento plurianual, simplificando a segunda candidatura/ rerepresentação. Segundo a DASC, o enquadramento normativo de apoio às ONGD foi alterado em 2009, no sentido de tornar claros os procedimentos a seguir pelas organizações nos casos de projectos plurianuais, ficando assim, em princípio, aquela questão resolvida.</p>	IPAD (DSCGII/DASC)	Rejeitada	O entendimento da DASC não era coincidente com a primeira parte da recomendação. No entanto, ainda antes da avaliação, procedeu-se a uma alteração do enquadramento normativo, que consagrou de forma expressa a possibilidade de apoio plurianual aos projectos destas Organizações.
<p><b>27.</b> Nas candidaturas a co-financiamento das ONGD, deve ser reconsiderada a possibilidade de inclusão de verbas para fazer uma</p>	IPAD (DSCGII/DASC)	Aceite	A avaliação passou a ser considerado um custo directo do projecto, ainda antes da avaliação em apreço.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
avaliação externa, nomeadamente nos de maior volume financeiro. Segundo a DASC, nesta data, este assunto já está contemplado.	Autoridades angolanas	Aceite	Os projectos das ONG devem ser previamente aprovados pelas Autoridades dos dois países.
<b>28.</b> Dado que a carência de infra-estruturas limita o desenvolvimento, o processo de apreciação das candidaturas das ONGD não deve ser tão restritivo em relação à elegibilidade destas despesas.	IPAD (DSCGII/DASC)	Rejeitada	O processo de apreciação das candidaturas das ONGD não é restritivo em relação às despesas com infra-estruturas
<b>29.</b> As autoridades angolanas e portuguesas devem equacionar formas de ultrapassar os constrangimentos associados à concessão de vistos no quadro das intervenções de cooperação para o desenvolvimento, com o objectivo de fortalecerem as relações mútuas que assumem primazia em termos estratégicos.	Embaixada de Portugal em Luanda		Foi assinado entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, em Agosto último, um Acordo sobre vistos, cujo regime irá facilitar, substancialmente, a concessão de vistos em termos de tempo de obtenção e prazos de duração.
	Embaixada de Angola em Lisboa	Aceite	Peça fundamental para o desenvolvimento da cooperação.
<b>ANGOLA</b>			
<b>30.</b> O CED deve procurar diversificar o leque de actividades, alargando a sua utilização a outras cooperações no domínio do ensino superior e a outros clientes para além da Administração pública angolana, nomeadamente o sector privado. Neste quadro, o IPAD poderia ter um papel dinamizador de divulgação do CED junto das instituições portuguesas que têm projectos em Angola, incluindo as Universidades.	UAN/CED	Aceite	Insistimos que é altura de direccionar esta cooperação para as áreas da pesquisa científica e das novas tecnologias.
<b>31.</b> Numa óptica de promoção da apropriação e da sustentabilidade, o MINARS deve gradualmente assumir responsabilidades no financiamento	MINARS	Aceite	O MINARS compromete-se em engajar os Governos Provinciais das localidades onde estão a ser desenvolvidos os projectos, no sentido daqueles, dentro do programa de

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL <sup>1</sup>	ACEITE OU REJEITADA <sup>2</sup>	EXPLICAÇÃO <sup>3</sup>
do novo ciclo de programação.	Embaixada de Portugal	Aceite	descentralização administrativa, preverem nos seus orçamentos verbas para o co-financiamento dos projectos. É uma questão recorrente que terá, necessariamente, de registar uma evolução positiva no futuro próximo, face às dificuldades conjunturais.
	MINARS	Aceite	O MINARS reitera imprimir maior articulação com os outros organismos envolvidos, como premissa fundamental para a implementação do programa.
32. Há necessidade de maior articulação entre o MINARS e os outros ministérios envolvidos no apoio sociocomunitário, criando programas sectoriais: Ministério da Educação, que paga os professores, e Ministério da Saúde, que paga os profissionais de saúde, envolvidos na implementação deste programa.	Embaixada de Portugal	Aceite	De difícil concretização, face à falta coordenação que ainda existe entre sectores.
33. Definir o modelo institucional e legal para o CISA, aspecto central para a promoção da sua apropriação e sustentabilidade. Deve ser aprofundado o organograma de funcionamento.	Min. Saúde	-	-
34. Angola deve promover e assegurar a articulação entre o MIREX e os outros sectores angolanos.	MIREX Ministérios Sectoriais	Aceite	-
35. O Estado angolano deve promover e assegurar um maior envolvimento no acompanhamento das intervenções da Cooperação Portuguesa.	MIREX	Aceite	Condição “ <i>sine qua non</i> ” para o êxito dos projectos.